Presentación de propuesta de ponencia em XIII Congreso Iberoamericano Historia de la Educación Latinoamericana (2018)

Eje temático: n.4 Políticas educativas y disputas por lo público en la historia de la educación

Promoção automática e seletividade escolar: fissuras no debate educacional e o confronto de duas lógicas

Natália de Lacerda Gil (UFRGS/Brasil)[1]

Tamara Santos da Rosa (UFRGS/Brasil)[2]

Neste estudo abordamos o fluxo dos alunos pela escola primária brasileira, centrando atenção em dois momentos e espaços distintos.Inicialmente, a análise recai sobre as propostas e resistências que ocorreram no estado de São Paulo entre as décadas de 1910 e 1930. Em seguida, buscamos escrutinar o debate que circulou nacionalmente na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos durante as décadas de 1950 e 1960.Pretendemos identificar quais eram as posições e os argumentos – em defesa e contrários – mobilizados no debate sobre a "promoção automática", acompanhando com atenção os termos evocados e o significado que assumem, de modo a compreender, como propõe ReinhartKoselleck, a polissemia dos conceitos envolvidos.

No intuito de acompanhar o ocorrido no estado de São Paulo, analisamos as publicações da Diretoria de Instrução Pública. Partimos do entendimento deque a situação paulista assumiu projeção ampliada, em função da feição modelar de sua escola (autoproposta pela própria elite local que se empenhou em fazer circular nacionalmente suas políticas e ideias). No início do século XX, o discurso político educacional enfatizava a necessidade de democratizar o acesso à escola primária e a gestão pública paulista viu na "promoção automática" uma alternativa para contornar os altos índices de reprovação que estrangulavam o fluxo dos alunos pelas séries escolares, principalmente na 1ª série.Tal proposta, contudo, enfrentou muitas resistências, notadamente daqueles que acreditavam que o fim dos exames e da reprovação levaria a uma queda na qualidade da educação pública, comprometendo sua função social.

Décadas depois, a experiência paulista vai ser referida com recorrência em artigos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (periódico editadopelo INEP, órgão do Ministério da Educação) que discutem a alta incidência de reprovação nos anos iniciais da escolarização e o que isso representava em termos de privação do direito à educação para amplos estratos da população infantil.A pretensão de democratização escolarimpedia que os educadoresficassem indiferentes à seletividade persistente da escola brasileira. Nesse sentido, ressurgem propostas de "promoção automática". Os artigos vão

[1] Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora de História da Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[2] Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Educação Básica.

discutir a temática ponderando as vantagens e desvantagens – possibilidades e impossibilidades – de sua implantação no Brasil.

O que se percebe é uma constante tensão entre dois princípios que se delineiam como antagônicos: de um lado, a preocupação com a manutenção do nível de qualidade do ensino oferecido pela escola primária e a crença nas diferenças inatas (o que faz com que a seletividade escolar seja vista como justa); de outro, a evidência de que a seletividade levava à exclusão precoce de muitas crianças, impedindo a democratização das oportunidades educacionais e comprometendo o direito à educação.